

Mundo rural, vidas diversas: experiências, trabalho e cultura

Rural world, diverse lives: experiences, work and culture

Vania Vaz*

<https://orcid.org/0000-0003-1524-7383>

Bruno César Pereira**

<https://orcid.org/0000-0002-7975-6024>

Rhuan Targino Zaleski Trindade***

<https://orcid.org/0000-0002-6239-1962>

Resumo

Ao longo desta apresentação, comentamos brevemente os estudos que compõem o dossiê *Mundo rural, vidas diversas: experiências, trabalho e cultura*. O dossiê reúne estudos que abordam o mundo rural brasileiro em múltiplas dimensões: históricas, sociais, políticas e culturais. Os artigos aqui apresentados se situam entre o período colonial e o século XXI e analisam temas como conflitos fundiários, migrações, trabalho, repressão política, monoculturas, territorialidades e cosmologias. A partir de uma abordagem Histórica, em diálogo com a Sociologia, a Antropologia e a Geografia, os textos evidenciam a complexidade das experiências rurais e o protagonismo de sujeitos frequentemente invisibilizados pela historiografia tradicional. Os artigos do dossiê partem de fontes diversas como documentos oficiais, entrevistas, memórias orais, relatos etnográficos, entre outras, propondo novas formas de interpretar o rural não apenas enquanto um espaço produtivo, mas como um território de disputas, resistências, saberes e significados.

Palavras-Chave: Mundo Rural; Territórios e Territorialidades; Trajetórias e Experiências; Fontes e Narrativas Históricas.

* Doutora em História pela *Université de Rennes 2*. E-mail: vaniavaz22@hotmail.com.

** Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, com bolsa de pesquisa financiada pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior - CAPES. E-mail: pereirabcesar96@gmail.com.

*** Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. E-mail: rhuan.trindade@hotmail.com.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Abstract

Throughout this presentation, we briefly discuss the studies that comprise the dossier “Rural World, Diverse Lives: Experiences, Work, and Culture.” This dossier brings together studies that address the Brazilian rural world from multiple dimensions: historical, social, political, and cultural. The articles presented here are situated between the colonial period and the 21st century and analyze themes such as land conflicts, migration, labor, political repression, monocultures, territorialities, and cosmologies. From a historical perspective, in dialogue with sociology, anthropology, and geography, the texts highlight the complexity of rural experiences and the protagonism of subjects often rendered invisible by traditional historiography. The articles in the dossier draw on diverse sources such as official documents, interviews, oral histories, ethnographic accounts, and others, proposing new ways of interpreting the rural world not only as a productive space, but also as a territory of disputes, resistance, knowledge, and meaning.

Keywords: Rural World; Territories and Territorialities; Trajectories and Experiences; Sources and Historical Narratives.

Introdução

O mundo rural brasileiro é objeto de estudos das Ciências Humanas e Sociais desde os primórdios de sua institucionalização no país. Esse espaço social, econômico e cultural gerou debates fundamentais no campo da História Agrária e Rural, ao mesmo tempo em que permeou discussões historiográficas, sociológicas, antropológicas e educacionais. A posse da terra e seu uso, em particular, ocuparam lugar central no imaginário acadêmico, mobilizando diferentes gerações de pesquisadores que, ao longo do tempo, buscaram compreender e interpretar as dinâmicas do campo brasileiro.

Contudo, como observou José Erondy Lira Lurkiv¹, parte expressiva dos pesquisadores e pesquisadoras, ao se ocuparem do mundo rural, se apropriaram de referenciais teóricos consolidados, muitas vezes, produzidos em outros contextos e temporalidades. Essa dependência de categorias analíticas prévias, produziram representações pouco problematizadas do rural brasileiro, que passaram a ser concebidas a partir de uma lógica externa aos sujeitos analisados. A adoção de tais referenciais oferecia, por vezes, um aparente conforto metodológico, mas contribuía para a produção de uma arte historiográfica

¹ LURKIV, José Erondy. Alguns olhares sobre o campo. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 6, n. 6, p. 49-54, 1998.

que trata o campo e seus habitantes como não-sujeitos da história, ou seja, sujeitos a-históricos e a-políticos, apagados enquanto protagonistas de suas próprias trajetórias.

É a partir do final do século XX que emergem releituras e novas abordagens que passam a questionar essas representações hegemônicas, propondo leituras mais complexas e situadas. Neste momento, “novos sujeitos entram em cena”². Pesquisas ancoradas em fontes até então marginalizadas, como entrevistas e memórias orais, contribuíram para deslocar o olhar sobre o rural. Ganharam destaque os estudos que atentam para o cotidiano, para as relações de poder, para as experiências, trajetórias e resistências dos sujeitos do campo, reconhecendo sua agência e historicidade. Essas mudanças representam um marco importante na renovação da historiografia rural brasileira, aproximando-a das realidades diversas que compõem o que hoje compreendemos como *mundo rural*.

Desde então os estudos que se debruçam sobre a questão rural, abordam desde as dinâmicas presentes nas constituições e transformações dos espaços rurais brasileiros (viver, existir e resistir), as aventuras e desventuras (conflitos) de pessoas que ocupam estes lugares, seja como espaços de moradia, vivência e de labor – camponeses, colonos, posseiros, agregados, meeiros, boias frias, etc..

É levando em consideração as questões expostas acima que propusemos este dossiê, que integra o Vol. 30 da *Revista de História Regional*. Nossa proposta foi justamente reunir estudos que refletissem e estimulassem novas reflexões sobre este “mundo rural” em suas múltiplas dimensões históricas, sociais, culturais e econômicas, por meio de abordagens interdisciplinares atuais e clássicas que envolvessem áreas como a História, Sociologia, Desenvolvimento Rural, Antropologia, Pedagogia, entre outras.

A nosso ver, esse objetivo foi plenamente alcançado. Os artigos reunidos nesta edição apresentam reflexões diversas, orientadas por múltiplas temáticas, perspectivas teóricas e metodológicas, e por trajetórias acadêmicas que diferem quanto à formação, origem geográfica e geração dos/as pesquisadores/as envolvidos/as. As contribuições transitam por aspectos estruturais, como a propriedade da terra, os usos do solo, as formas de produção, reprodução e consumo, mas também se debruçam sobre dimensões simbólicas, culturais e políticas, tratando de temas como identidades rurais, modos de vida, práticas alimentares, relações entre campo e cidade e memórias sociais.

² SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Além disso, o dossiê contempla estudos que abordam os desafios contemporâneos enfrentados pelo/no mundo rural frente às transformações políticas, econômicas e ambientais das últimas décadas. Os artigos problematizam os rearranjos nas relações sociais, nas formas de representação e nas estratégias cotidianas de resistência dos sujeitos que vivem e atuam nesse território. Migração, gênero, meio ambiente, sustentabilidade, políticas públicas, patrimônio, paisagens, educação, saberes tradicionais e lutas sociais aparecem como temas centrais e/ou secundários, revelando as transições materiais e subjetivas que têm reconfigurado o campo brasileiro.

A seguir, apresentamos, em ordem cronológica, os doze artigos que compõem este dossiê. Ao longo desta exposição, buscamos sintetizar os principais argumentos desenvolvidos por seus/suas autores/as, destacando suas contribuições específicas e estabelecendo conexões com a proposta central do dossiê. Sempre que possível, também situamos os/as pesquisadores/as no interior de suas trajetórias acadêmicas e redes de produção, de modo a ampliar o diálogo e valorizar a pluralidade que caracteriza este volume. Nosso intuito é oferecer ao público leitor um panorama introdutório que desperte o interesse pela leitura integral dos textos e evidencie os pontos de encontro, mas também as tensões, que estes mantêm entre si e com a temática geral que foi proposta.

Junta-se a esses artigos uma entrevista concedida por Marilda Aparecida de Menezes, pesquisadora referência nos estudos sobre campesinato, migração e trabalho. A entrevista confere densidade histórica e afetiva ao escopo deste dossiê e nos convida à reflexão sobre os caminhos da pesquisa e os compromissos éticos que ela envolve.

Com este dossiê, esperamos contribuir para o fortalecimento de um campo de estudos crítico, sensível à diversidade e atento às disputas que seguem configurando o mundo rural em suas múltiplas expressões.

O primeiro artigo, *Raízes que saciam a fome*, de Nathália Moro & Christian Fausto Moraes dos Santos³, investiga o papel central da mandioca, alimento originário das culturas indígenas, na construção da cultura alimentar da América Portuguesa. A partir de fontes quinhentistas, como crônicas, relatos de viagem e tratados coloniais, os autores examinam como os saberes indígenas relacionados ao cultivo, beneficiamento e consumo da mandioca

³ MORO, Nathalia & SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. *Raízes que saciam a fome: o papel da mandioca (Manihot spp.) na dinâmica colonizatória da América Portuguesa no século XVI*. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-21, 2025.

foram apropriados, reinterpretados e por vezes descontextualizados pelos colonizadores europeus. Analisando desde o cultivo até o consumo, os pesquisadores salientam a variedade de manufaturas produzidas a partir dessa planta e destacam a relevância da mandioca dentro da dinâmica colonizatória.

O estudo destaca a mandioca não apenas como um recurso agrícola fundamental à segurança alimentar na colonização, mas também como um legado indígena profundo, com raízes materiais e simbólicas na formação histórica e cultural brasileira.⁴ Ao longo das páginas que compõem este estudo, os pesquisadores revelam uma sofisticada tecnologia social que articula saberes técnicos, práticas cotidianas e transmissão intergeracional de conhecimento, configurando uma complexa rede de organização produtiva e cultural. As técnicas de eliminação de toxinas, a produção de alimentos como beiju, farinha e *cauim*, e a divisão do trabalho no interior das comunidades indígenas, com ênfase no protagonismo das mulheres - as quais, cabe ressaltar aqui, são identificadas como fundamentais no processo de domesticação e transformação da mandioca - são elementos centrais e cruciais dessa análise.

O estudo assim, dialoga diretamente com o dossiê ao explorar as múltiplas dimensões do mundo rural desde uma perspectiva histórica e cultural, e ao valorizar saberes tradicionais, práticas alimentares e dinâmicas sociais invisibilizadas nos discursos hegemônicos. Embora a noção de “mundo rural” esteja historicamente vinculada à lógica colonial e às formas ocidentais de organização do território, este artigo dialoga com os propósitos do dossiê ao ampliar a compreensão sobre os modos de vida ligados à terra e à produção alimentar, especialmente ao evidenciar saberes indígenas e dinâmicas sociais anteriores à colonização. Ao destacar o protagonismo das mulheres indígenas e a sofisticação técnica presente no trato com a mandioca, a pesquisa contribui para descentralizar a historiografia agrária tradicional e introduz formas alternativas de pensar a relação entre cultura, natureza e alimentação. Assim, o artigo se alinha ao escopo do dossiê ao dar visibilidade a experiências históricas diversas que moldaram as bases alimentares, sociais e simbólicas brasileiras⁵.

⁴ Acreditamos ser relevante citar que o estudo e os debates travados neste artigo podem ser ampliados quando lido em conjunto com o texto *The colonization of stomachs*, assinado pelos mesmos autores. Ver: MORO, Nathalia & SANTOS, Christian F. M. dos. The colonization of stomachs: Indigenous people, Europeans and the consumption of cassava (manihot spp.) in 16th Century Portuguese America. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 17, n. 3, p. 1-23, 2025.

⁵ Cabe destacar ainda que o artigo em questão possui rico diálogo com o recente número da *Revista Tempo, Espaço e Linguagem* (Vol. 15, Núm. 2) que abordou a História da Alimentação e do Abastecimento no mundo Luso-brasileiro, ver: BRAGA, Isabel Drumond & MARTINS Valter. Alimentação e abastecimento no mundo

O segundo artigo, *A Diretoria da Agricultura e três solicitações de terras sergipanas*⁶, de autoria do pesquisador Pedro Parga Rodrigues, se alinha diretamente à proposta do dossiê ao colocar em foco os mecanismos de apropriação da terra, os sujeitos envolvidos nas disputas fundiárias e as formas pelas quais o Estado imperial mediava e consolidava relações desiguais no meio rural na segunda metade do século XIX. Ao trazer uma análise situada, mas atenta aos debates estruturais, o artigo expande a compreensão das dinâmicas territoriais e políticas que moldaram o campo brasileiro, revelando os interesses, estratégias e negociações presentes na formação da estrutura agrária nacional que, como veremos mais à frente, ao abordarmos os demais artigos, reverberou em outros contextos e temporalidades.

Este estudo, como outros trabalhos de sua autoria⁷, contribui para a renovação da historiografia da propriedade e da política fundiária no Brasil ao analisar, de forma qualitativa, processos de compra de terras ocorridos no final do século XIX, na então Vila Cristina, província de Sergipe. Por meio da documentação da Diretoria da Agricultura, órgão então vinculado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o pesquisador dedica-se em examinar as solicitações feitas por potentados rurais entre 1873 e 1889, período chave entre a última reforma da pasta no Império e a Proclamação da República.

A principal proposta do artigo em questão foi de questionar interpretações consolidadas na historiografia que apontam o fracasso da *Lei de Terras de 1850*, bem como a ideia de que ela teria representado um “marco zero” na constituição da propriedade privada no Brasil. Ao contrário, Rodrigues, em consonância com uma recente e renovada corrente historiográfica, defende que a *Lei* foi parte de um processo mais amplo, contínuo e complexo, que já vinha se desenhando desde as Reformas Pombalinas no século anterior (XVIII) e que se prolonga para além do Império.

luso-brasileiro (séculos XVI-XXI). *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*, v. 15, n. 02, 2024.

⁶ RODRIGUES, Pedro Parga. *A Diretoria da Agricultura e três solicitações de terras sergipanas*. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-21, 2025.

⁷ Seria exaustivo e fugiria do foco desta apresentação nos determos sobre outros trabalhos do pesquisador, pois, trata-se de um significativa produção e trajetória acadêmica que se debruça sobre a história da propriedade, história agrária, como também estudos centrados na Lei de Terras de 1850 e a atuação e funcionamento da Diretoria de Agricultura. Contudo, vale ao menos referenciar aqui um de seus estudos recentes que mantém profícuo e potente diálogo com o artigo que compõem esse dossiê: RODRIGUES, Pedro Parga. *As continuidades na ruptura durante a aplicação da Lei de Terras de 1850 pela Diretoria da Agricultura (1873-1889)*. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, v. 37, p. 354-379, 2024.

Com base na leitura de processos encontrados em acervos do Arquivo Nacional e da Fundação Casa de Rui Barbosa, o autor mostra como os agentes ministeriais atuavam de forma ambígua: ao mesmo tempo em que deveriam aplicar a legislação, frequentemente legalizavam possessões irregulares de elites locais, evidenciando a fluidez e a instrumentalização da política fundiária no contexto imperial. Assim, o estudo desmonta a dicotomia entre leis eficazes e elites refratárias, propondo uma visão mais matizada da articulação entre Estado e poder local.

Seguindo com a apresentação dos textos que compõem este dossiê, os próximos estudos trilharam suas análises em periodicidades mais recentes, séculos XX e XXI. Em *Conflitos rurais no Vale do Rio Doce*⁸, assinado pelos/a pesquisadores/a Haruf Salmen Espindola, Alisson Cardoso de Oliveira & Maria Terezinha Bretas Vilarino, o estudo se debruça acerca das disputas agrárias no município de Itambacuri, Minas Gerais. Com base em uma abordagem multiescalar e em fontes diversas, como depoimentos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, reportagens da época e entrevistas orais com duas moradoras locais, os autores buscam compreender as causas e os desdobramentos de uma série de conflitos pela posse da terra em uma região marcada por expansão econômica e pela presença de interesses capitalistas diversos.

O estudo joga luz a coexistências conflituosas entre posseiros, fazendeiros, pecuaristas e grandes empreendimentos industriais (como destaque para as siderúrgicas, madeireiras e mineradoras) no Vale do Urupuca, Minas Gerais, no contexto de uma fronteira agrícola em expansão. A chegada de grandes empresas como Acesita e Belgo-Mineira, aliada à abertura de novas estradas, em especial a Rio-Bahia, transformou profundamente o território e favoreceu práticas de grilagem e violência contra pequenos agricultores. A atuação de “gente poderosa”, com o apoio de agentes públicos, resultou em um cenário de desequilíbrio de poder, onde a resistência dos camponeses conviveu com intimidações, expulsões, silenciamentos e mortes/ assassinatos.

Com vasta produção e pesquisa no campo dos conflitos agrários, especialmente desenvolvidas junto ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território na Universidade do Vale do Rio Doce, os pesquisadores, ao longo deste artigo, contribuem para compreender como a violência, os interesses econômicos e a ação (ou omissão) do Estado brasileiro/

⁸ ESPINDOLA, Haruf Salmen; OLIVEIRA, Alisson Cardoso de & VILARINO, Maria Terezinha Bretas. Conflitos rurais no Vale do Rio Doce: cenário, atores, roteiro e vivências (1945-1961). *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-28, 2025.

mineiro moldaram a territorialidade rural daquela região, e, em certa medida nacional, no final da primeira metade do século XX. A análise incorpora tanto os elementos estruturais dos conflitos agrários quanto às vivências subjetivas dos atores sociais envolvidos, especialmente das mulheres entrevistadas, cujos relatos evocam o cotidiano, as perdas e os deslocamentos/ migrações forçadas/as de familiares, conhecidos e amigos/as.

O estudo se alinha de maneira direta ao escopo do dossiê ao trazer à tona a violência estatal e dos “poderosos”, mas também das experiências concretas de luta e resistência em meio a transformações políticas, econômicas e sociais profundas. O artigo exemplifica como o mundo rural é também um palco de disputas simbólicas e materiais, e como as memórias silenciadas e invisibilizadas desses confrontos revelam camadas importantes da história agrária brasileira. Ao enfatizar as múltiplas vozes e dinâmicas que constituem o rural, os autores reafirmam a importância de se pensar esse espaço como heterogêneo, marcado por conflitos, mas também por agências diversas. Suas análises acerca do contexto mineiro, estão em profícuo diálogo com Saggioratto, que, em análise ampla acerca do rural brasileiro, enfatizou que desde a colonização, a violência no campo faz parte da estrutura fundiária do Brasil⁹.

Na sequência, ainda tratando sobre o estado mineiro, mas especificamente sobre o período do regime militar, Luís Fernando de Souza Alves, Luiz Paulo Fontes de Rezende & Laurindo Mekie Pereira, em seu artigo *A ditadura pegava era só quem era vagabundo mesmo*¹⁰, examinam as violências cometidas contra trabalhadores rurais no norte de Minas Gerais durante a ditadura militar brasileira.

A partir de uma provocação recorrente no senso comum, qual seja, a ideia de que o regime só perseguia “vagabundos”, os pesquisadores dedicam-se a desmontar tal discurso ao demonstrar como posseiros/camponeses - noções usadas intercambiavelmente ao longo do estudo, para se referir aos/as trabalhadores/as e pessoas do campo que dependem de um modo de ser ligado à terra - foram alvos sistemáticos da repressão em nome de um projeto estatal autoritário e excludente. Suas discussões nos fazem lembrar o debate travado por Moraes Silva, referência no campo dos estudos sobre o rural brasileiro, que caracteriza este momento, segunda metade do século

⁹ SAGGIORATTO, Julia. Terra e poder: a violência estrutural do campo brasileiro. *Rede de Estudos Rurais* [online], 25 de março de 2025. Disponível em: [https://redesrurais.org.br] Acessos em: 05 de Jun./2025.

¹⁰ ALVES, Luís Fernando de Souza; REZENDE, Luiz Paulo Fontes de & PEREIRA, Laurindo Mekie. “A ditadura pegava era só quem era vagabundo mesmo”: frutos do golpe de 1964 sobre camponeses norte-mineiros. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-32, 2025.

XX, como um período marcado por uma *trágica modernização* que, entre suas diversas características, resultou em um *exílio* de milhares de sujeitos do campo brasileiro¹¹.

Utilizando fontes diversas, como entrevistas, jornais, livros e outros documentos - como os relatórios produzidos pela *Comissão da Verdade em Minas Gerais*, o estudo em tela dedica-se também em analisar e pontuar alguns aspectos da atuação do coronel Georgino Jorge de Souza, que, à frente do 10º Batalhão da Polícia Militar em Montes Claros, Minas Gerais, operou como agente local da repressão, articulando-se a grandes fazendeiros para executar expropriações e consolidar um projeto de concentração fundiária¹².

A análise dos autores contribui de forma contundente para os objetivos do dossiê ao denunciar e reforçar aspectos da violência estrutural no campo brasileiro; evidenciar os efeitos concretos de políticas estatais sobre populações rurais vulneráveis; bem como traz luz a processos históricos que conformaram o espaço rural como campo de disputa e exclusão. As discussões presentes no estudo nos revelam um esquema de convivência entre Estado e elites agrárias, baseado na grilagem de terras, fraudes cartoriais e perseguição política, frequentemente legitimado pelo uso do discurso *anticomunista* do período. O estudo demonstra ainda que o Estado agiu, direta ou indiretamente, em conluio com agentes privados, promovendo a violência como instrumento de reorganização territorial.

Este artigo se articula diretamente ao trabalho que o precede, sobre os conflitos agrários no Vale do Rio Doce, ao manter o foco sobre o estado de Minas Gerais e aprofundar a compreensão das dinâmicas de violência no campo em um período posterior. Enquanto o texto de Espindola, Oliveira & Vilarino mapeia as disputas por terra entre as décadas de 1940 e 1960, envolvendo a atuação de empresas e fazendeiros em zonas de fronteira agrícola, o estudo de Alves, Rezende & Pereira mostra como, a partir de 1964, a repressão se institucionalizou com o apoio do regime militar, dando continuidade às estratégias de expropriação e silenciamento de trabalhadores rurais. Juntos, os dois artigos, em intenso diálogo com as reflexões historiográficas

¹¹ MORAES SILVA, Maria Aparecida de. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

¹² A atuação do coronel Georgino Jorge de Souza, bem como o conflito agrário de Cachoeirinha no Norte de Minas Gerais, questões e momentos abordadas em uma seção do artigo, são melhor exploradas e debatidas ao longo da dissertação do primeiro autor, que conta com a orientação e coorientação dos demais autores do artigo. Ver: ALVES, Luís Fernando de Souza. *“Posseiro bom é posseiro morto”*: coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no Norte de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Sociedade Ambiente e Território). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2025.

e sociológicas recentes sobre a questão agrária¹³, constroem um panorama revelador sobre a persistência histórica da violência fundiária em Minas Gerais e no Brasil, contribuindo para o entendimento do mundo rural como território de disputa, violência, resistência e dominação.

Ambos os trabalhos evidenciam como, em contextos de expansão do latifúndio e de implementação de projetos modernizantes estatais guiados por uma “modernização conservadora”¹⁴, muitas vezes contestáveis quanto aos seus reais benefícios para as coletividades locais, o campo brasileiro foi reiteradamente palco de práticas de exclusão e violência, em síntese, além de *conservadora*, tal modernização também foi *trágica*¹⁵. Ao final, os autores mostram que as escolhas políticas do passado, sobretudo aquelas promovidas pelo Estado ao longo do século XX, continuam a produzir marcas profundas na estrutura fundiária e nas dinâmicas sociais do presente.

Na sequência destacamos dois artigos que integram um amplo projeto de investigação financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) intitulado *Faces e contrafaces do trabalho rural* com foco no Brasil e Colômbia no atual contexto da ampla produção de *commodities*¹⁶.

O primeiro texto, contribuição de Graziela da Silva Motta, *Trabalhadores à/na deriva*¹⁷, se dedica em analisar os discursos em torno da morte de um trabalhador indígena, ocorrida no final dos anos 1990 durante atividades de raleio em pomares de maçã no Sul do Brasil, seu artigo mantém diálogos profícuos com os textos que a precedem neste dossiê, sobretudo ao explorar a atuação estatal, mas desta vez não nas questões da concentração e disputas de

¹³ Interessante referência que possivelmente pode ser lida em conjunto a estes trabalhos, é a coletânea de reflexões sobre a questão rural brasileira no contexto de expansão do latifúndio e de projetos modernizantes estatais entre o período ditatorial até o início dos anos 2000, ver: BROCARD, Daniele; DEBIASI, Rose E. & ORBEN, Tiago A. (Orgs.) *Terra e memória: vivências, conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

¹⁴ DELGADO, Guilherme. Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012

¹⁵ MORAES SILVA, Maria Aparecida de. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

¹⁶ O projeto (Chamada Universal CNPq/MCTI n. 10/2023.), está vinculado ao Grupo de Pesquisa Terra, Trabalho, Migração e Memória (TRAMA) com sede na Universidade Federal de São Carlos, liderado pela pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva. O projeto versa sobre as relações de gênero, raça e trabalho em diversos cultivos do agronegócio: como a cana de açúcar nos estados de São Paulo e Alagoas, o café na Colômbia e em Minas Gerais, e a uva e a maçã no Rio Grande do Sul.

¹⁷ MOTTA, Graziela da Silva. *Trabalhadores à/na deriva: discursos sobre as causas da morte de um trabalhador indígena*. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-19, 2025.

terras, seu olhar se volta na atuação ou omissão do Estado no que diz respeito ao precarizado trabalho assalariado rural.

A partir de um inquérito policial, Motta evidencia como a precarização do trabalho, a negligência médica e a atuação do Estado em defesa do mercado, e não dos trabalhadores, contribuíram para a *necropolítica* que atravessa o uso da força de trabalho indígena no campo. Seu estudo mostra como as condições de trabalho em raleios e colheitas da maçã, fortemente marcadas pela divisão racial do trabalho, expõem os indígenas a riscos de morte e à invisibilização de suas demandas. O caso emblemático de Fág Mág, encaminhado à morte sem o devido atendimento médico, revela a engrenagem desigual que sustenta a produção agrícola no setor de frutas.

O segundo texto, de autoria de Ediano Dionisio do Prado & Marilda Aparecida de Menezes¹⁸, também segue com a temática do trabalho assalariado rural, em especial, o artigo analisa as relações de trabalho na cafeicultura de montanha do Sul de Minas Gerais, responsável por mais de 30% da produção nacional de café tipo arábica. O estudo coloca em destaque como a topografia da região que dificulta a mecanização e intensifica o uso da força de trabalho temporária, especialmente na colheita, é marcada pela informalidade, vulnerabilidade e recorrentes denúncias de condições análogas à escravidão.

Com base em bibliografia especializada e regional, o artigo revela o contraste entre o discurso de modernidade e eficiência do agronegócio cafeeiro e a realidade precária vivida pelos trabalhadores, especialmente os migrantes nordestinos e do norte mineiro, que executam a colheita nos período de safra, sobretudo, sem direitos assegurados. O estudo coloca em evidência que, ao mesmo tempo em que grandes propriedades se modernizam em termos de gestão e tecnologia, mantêm, no campo, relações de trabalho arcaicas, que perpetuam a espoliação dos assalariados.

Panorama do trabalho rural na cafeicultura de montanha mantém profícuo diálogo com o texto que o precede, especialmente ao se debruçar sobre a mobilidade dos assalariados rurais a partir da noção de trabalhadores *permanentemente temporários* cunhada por Maria Aparecida de Moraes Silva¹⁹. Estes trabalhadores - indígenas, mineiros e nordestinos - deslocam-se para as regiões de colheita - maçã, cana de açúcar, café, laranja entre tantos outros

¹⁸ PRADO, Ediano Dionisio do; MENEZES, Marilda Aparecida de. Panorama do trabalho rural na cafeicultura de montanha. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-25, 2025.

¹⁹ MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. *Cadernos CERU*, v. 19, n. 1, p. 165-180, 2008.

produtos, por um período e, depois, quando o capital não mais precisa deles, são devolvidos aos seus locais de origem e, em seguida, voltam novamente. Logo, trata-se de uma migração *permanentemente temporária*, pois, grande parte deles migra todos os anos, tendo a vida dividida no espaço e no tempo, nem lá e nem cá, como *andorinhas*²⁰, sempre em movimento.

Por fim, cabe frisar que tanto Prado & Menezes, como Motta, sinalizam para uma contradição central do agronegócio brasileiro: a pujança econômica mundialmente celebrada assenta-se sobre formas de exploração e invisibilização da força de trabalho rural.

Na sequência, em *Nas trilhas da conservação*, de Melissa Lujambio Alves²¹, sob a perspectiva da História Ambiental e, de certa forma, na mesma linha dos artigos que a precedem, especialmente ao identificar a atuação do Estado, tece considerações acerca dos conflitos, contradições e alianças envolvidos na criação do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC) localizado no sul da Bahia. O estudo, recorte de sua pesquisa de mestrado²², analisa historicamente como esse processo de conservação, ocorrido entre 1993 a 2006, reconfigurou profundamente as relações entre comunidades locais, instituições estatais, organizações ambientais e a própria natureza. A criação do parque resultou em disputas fundiárias, perda de acesso a recursos naturais e tensões com os moradores locais, ao mesmo tempo em que abriu espaços para experiências de gestão participativa e regeneração ecológica.

A partir de uma abordagem interdisciplinar e sensível às múltiplas dimensões do território, como a natural, social e cultural, seu artigo evidencia como as políticas ambientais operam como vetores de transformação no mundo rural, revelando tanto os conflitos quanto às possibilidades de negociação que emergem desses processos.

Sua inclusão neste dossiê amplia a compreensão sobre as vidas diversas que habitam o rural, especialmente em contextos atravessados por projetos estatais de conservação ambiental. O trabalho de Lujambio Alves dialoga diretamente com outros textos da coletânea que discutem deslocamentos, reconfigurações territoriais e políticas públicas, estabelecendo pontes importantes

²⁰ MORAES SILVA, Maria Aparecida de Moraes. As Andorinhas. Nem lá, nem cá. *Cadernos CERU*, v. 9, p. 29-44, 1998.

²¹ LUJAMBIO ALVES, Melissa. Nas trilhas da conservação: a criação do Parque Estadual Serra do Conduru, Bahia, de 1993 a 2006. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-26, 2025.

²² LUJAMBIO ALVES, Melissa. *Nas Trilhas da Conservação: conflitos e alianças no Parque Estadual Serra do Conduru, Sul da Bahia, 1993-2006*. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.

com reflexões sobre a atuação do Estado, as disputas por terra e os modos de vida de sujeitos que ocupam o mundo rural. Além disso, ao propor uma leitura das interações entre humanos e não humanos, o artigo também se conecta com abordagens que deslocam o foco exclusivamente antropocêntrico, enriquecendo o debate sobre ruralidades plurais.

Este número ainda conta com três contribuições que analisam o mundo rural paraense, são elas: *Dendeicultura e capitalismo*, de autoria de Marlon Kauã Silva Cardoso, Tânia Guimarães Ribeiro & Dalva Maria da Mota²³, *O cotidiano de trabalhadores rurais no pós-trabalho assalariado na dendeicultura* de Laiane Bezerra Ribeiro, Dalva Maria da Mota e Éberton da Costa Moreira e *Aspectos da ontologia ribeirinha na ilha Saracá*, de Genisson Paes Chaves & Sônia Barbosa Magalhães.

Os dois primeiros artigos, que em muitos aspectos dialogam diretamente com as considerações de Motta sobre os trabalhadores indígenas na colheita da maçã e de Prado & Menezes sobre os apanhadores de café em Minas Gerais, investigam as condições de trabalho dos assalariados rurais envolvidos na produção de dendê no estado paraense. O primeiro possui como foco Igarapé-Açu, no nordeste do estado do Pará, à luz de comparações com o contexto da Indonésia, maior produtora mundial do óleo de palma. Este estudo realiza uma pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo, baseada em entrevistas com trabalhadores e em um diálogo crítico com literatura especializada, sobretudo a internacional, em virtude do escasso número de trabalhos sobre o assalariamento de sujeitos na produção de dendê no contexto brasileiro, Cardoso, Ribeiro & Mota examinam os impactos sociais da dendeicultura no Brasil, compreendida como atividade neoextrativista sustentada por um modelo de desenvolvimento de base exportadora.

As análises contidas no texto além de evidenciarem, em certa medida, a dimensão transnacional da exploração agrícola contemporânea, reforça que o trabalho assalariado rural nos monocultivos apresentam características degradantes, como jornadas excessivas, riscos à saúde, uso de agrotóxicos, acidentes frequentes e ausência de equipamentos de proteção adequados para os trabalhadores.²⁴ Em paralelo à realidade Indonésia, marcada por condições piores que a brasileira, especialmente nas questões que envolvem tecnologias

²³ CARDOSO, Marlon Kauã Silva; RIBEIRO, Tânia Guimarães Ribeiro & MOTA, Dalva Maria da. *Dendeicultura e capitalismo: o processo de trabalho assalariado na monocultura do dendê*. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-25, 2025.

²⁴ Como é o caso do artigo anterior, as considerações deste artigo podem ser melhor aprofundadas à luz das análises contidas na dissertação do primeiro autor, ver: CARDOSO, Marlon Kauã Silva. *A dendeicultura em Igarapé-Açu/PA: um olhar sobre as relações de trabalho que tipificam o trabalhador rural na Agroindustrial Palmasa*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2024.

e ausência de organização sindicais, o estudo revela que, embora situadas em contextos distintos, as duas experiências compartilham estruturas de exploração associadas às lógicas do capital, que transformam o trabalho humano em mercadoria e subordinam o território às exigências do mercado internacional de *commodities*.

No contexto amazônico, a promessa de desenvolvimento sustentável atrelada à dendeicultura é problematizada à medida que a atividade desloca agricultores familiares, desestrutura modos de vida camponeses e transforma paisagens anteriormente ocupadas por igarapés e roças diversificadas em extensos monocultivos. Assim, o artigo se posiciona criticamente frente à ideia de que a palma pode ser motor de inclusão produtiva, e denuncia seus efeitos alienantes e excludentes, fundamentando-se numa leitura marxista do trabalho e da reprodução social.

Já o segundo artigo²⁵ analisa as trajetórias de trabalhadores rurais do município de Acará após o término dos vínculos assalariados na dendeicultura. A partir de um estudo de caso na vila de Belenzinho, realizado entre 2021 e 2023, o estudo investiga como esses sujeitos reorganizam o cotidiano entre família, comunidade e agricultura, evidenciando as estratégias de permanência no campo. O estudo mostra que, findada a experiência assalariada, marcada por forte rotatividade e condições de trabalho extenuantes, os trabalhadores retornam à agricultura familiar, incorporando saberes técnicos adquiridos nas plantações de dendê. Nesse contexto, reafirmam-se como agricultores familiares pluriativos, conciliando cultivos tradicionais (mandioca) e frutíferas (açaí, cupuaçu, cacau), e ressignificando o tempo e o convívio comunitário, antes limitados pelo ritmo fabril. O texto revela, assim, as dinâmicas sociais e afetivas que compõem o pós-trabalho assalariado e as formas de (re)existência camponesa na Amazônia Paraense.²⁶

Com relação a terceira contribuição sobre o rural paraense²⁷, Chaves & Magalhães falam sobre as cosmologias e modos de vida de comunidades ribeirinhas amazônicas, de uma perspectiva etnográfica e autoetnográfica. A

²⁵ RIBEIRO, Laiane Bezerra; MOTA, Dalva Maria da; MOREIRA, Éberton da Costa. O cotidiano de trabalhadores rurais no pós-trabalho assalariado na dendeicultura. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-25, 2025

²⁶ Indica-se ainda como interessante leitura que, em certa medida, complementa e aprofunda as questões abordadas ao longo destas duas últimas contribuições, o artigo: GUIMARÃES, Jamilly Brito Guimarães; MOTA, Dalva Maria da; MOREIRA, Éberton da Costa & SCHMITZ, Heribert. “O dendê era um sonho”: agricultores familiares e rupturas com as agroindústrias de dendê no Pará, Amazônia. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 63, p. 1-22, 2025.

²⁷ CHAVES, Genisson Paes & MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Aspectos da ontologia ribeirinha na ilha Saracá, município de Limoeiro do Ajuru (PA). *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-23, 2025.

partir das narrativas de moradores da ilha Saracá, estado do Pará, os autores investigam as relações entre as pessoas e os seres não-humanos, visíveis e invisíveis que compartilham o mesmo espaço e moldam a vida cotidiana dos ribeirinhos, em suas relações com a natureza e com a própria comunidade. Visagens, mizuras, aparições, animais humanizados e espíritos compõem um universo ontológico singular que atravessa a experiência local e organiza moralidades, decisões e práticas cotidianas da vida na floresta. O trabalho constituiu sua trama com entrevistas abertas, observação participante e registros das memórias familiares, incluindo as de um dos autores. Tais vivências e narrativas apreendidas pelos autores, se revelaram centrais na constituição do mundo ribeirinho amazônico e na produção dos saberes locais.

Ao contrário das visões ocidentais dicotômicas entre natureza e cultura, humano e não-humano, a *ontologia ribeirinha* delineada no estudo evidencia uma visão relacional de mundo, na qual diferentes formas de vida, materiais e imateriais, coabitam, interagem e influenciam-se mutuamente.

Essa penúltima contribuição amplia o escopo do dossiê ao dar centralidade às dimensões simbólicas, espirituais e cosmológicas que estruturam os modos de vida no campo, especialmente em contextos amazônicos. O artigo desloca o foco da análise do rural como mero espaço produtivo ou de conflito fundiário, apresentado ao longo dos últimos textos, revelando-o como território de sentido, memória e espiritualidade. Ao incorporar saberes tradicionais e formas não ocidentais de interpretar o mundo, a pesquisa, recorte da tese de doutorado do primeiro autor²⁸, reafirma o compromisso do dossiê com uma visão plural, complexa e não reducionista do mundo rural brasileiro, em que o visível e o invisível se entrelaçam nas práticas cotidianas das populações tradicionais.

Finalizando o número, contamos com o artigo *O papel das escolas do campo brasileiras*, de autoria de Vanessa Policarpo Maciel e Luciano Daudt da Rocha²⁹. O estudo em questão discute como as escolas do campo e os movimentos sociais camponeses brasileiros contribuem para resistir à colonialidade do saber e valorizar os conhecimentos locais. A partir de uma reflexão teórico-bibliográfica ancorada nas Epistemologias do Sul e na pedagogia libertadora de Paulo Freire, o texto analisa o papel dessas escolas como espaços de resistência

²⁸ CHAVES, Genisson Paes. *Visagens, mizuras, aparições: aspectos da ontologia ribeirinha na ilha Saracá, município de Limoeiro do Ajuru, estado do Pará*. Tese (Doutorado em Agricultras Amazônicas), Universidade Federal do Pará, 2024.

²⁹ MACIEL, Vanessa Policarpo; ROCHA, Luciano Daudt da. O papel das escolas do campo brasileiras na superação da colonialidade do conhecimento. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-20, 2025.

política, cultural e alimentar diante das heranças coloniais que moldaram a educação e a produção de alimentos no Brasil.

Maciel & Rocha mostram que a educação do campo emerge como uma prática descolonial que rompe com a visão eurocêntrica e homogênea da “educação rural”, incorporando saberes tradicionais, modos de vida e práticas alimentares sustentáveis. O artigo ressalta a importância das experiências educativas ligadas a movimentos como o MST, que articulam luta pela terra, soberania alimentar e emancipação dos sujeitos do campo, apontando as escolas do campo como territórios de justiça social, resistência epistemológica e construção de novos horizontes de vida rural.

Complementando os artigos que compõem este dossiê, a entrevista *Enredos, memórias e trajetórias nos estudos rurais* com Marilda Aparecida de Menezes³⁰ oferece um valioso testemunho intelectual sobre quatro décadas de pesquisa dedicadas aos estudos do mundo rural brasileiro, com ênfase em temas como a migração, o trabalho, o campesinato e as relações familiares. Menezes, renomada socióloga rural com formação no Brasil e na Inglaterra, compartilha em seu relato não apenas os marcos acadêmicos de sua trajetória, mas também as transformações teóricas e metodológicas que atravessaram sua produção nestas últimas décadas.

A entrevista conduzida em novembro de 2024 percorre desde os primeiros trabalhos de fôlego da autora, em especial sua dissertação, a qual é marcada pelo peso das leituras marxistas e macroestruturais dos anos 1980, até sua progressiva abertura às dimensões subjetivas e culturais da experiência migratória e rural, destacando, em especial sua aproximação com as abordagens e metodologias da História Oral e dos estudos sobre trajetórias.

Um dos pontos centrais do diálogo é a apropriação crítica da obra de James C. Scott, em especial sua noção de *resistência cotidiana*, em que Menezes mobiliza para interpretar as estratégias silenciosas e muitas vezes invisibilizadas desenvolvidas por camponeses migrantes em contextos de dominação econômica e social. Ao trazer suas reflexões sobre o mundo rural e sua vivência na análise das migrações, a pesquisadora não apenas historiciza os debates acadêmicos, como também reitera o compromisso com uma abordagem que reconhece as vozes, trajetórias e agências dos sujeitos pesquisados. Seus estudos mais recentes, voltados à memória e ao reencontro com

³⁰ PEREIRA, Bruno César & MENEZES, Marilda Aparecida de. *Enredos, memórias e trajetórias nos estudos rurais: Entrevista com Marilda Aparecida de Menezes*. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-23, 2025.

interlocutores e espaços anteriormente pesquisados, reafirmam esse olhar sensível e comprometido.

A presença desta entrevista no dossiê *Mundo rural, vidas diversas* confere profundidade e densidade reflexiva à proposta editorial, ao articular a trajetória de uma pesquisadora que se dedicou a compreender o rural como campo de experiência, conflito, resistência e transformação. Assim, Menezes nos convida a pensar a pesquisa não apenas como exercício técnico, mas como prática ética e política, alimentada pelo diálogo, pela escuta e pelo compromisso com os sujeitos sociais que habitam os múltiplos mundos que chamamos de “rural”.

Enfim, reforçamos que este dossiê reúne uma série de estudos que, por diferentes perspectivas disciplinares, cronológicas e geográficas, contribuem para uma compreensão plural e aprofundada do que chamamos de “mundo rural”. Os textos aqui apresentados exploram temas que vão desde as trocas de saberes entre indígenas e colonizadores no século XVI até os impactos contemporâneos da dendeicultura na Amazônia, passando pelas disputas fundiárias no Império, pelos conflitos agrários e estatais no século XX e pelas ontologias ribeirinhas que desafiam a racionalidade ocidental moderna.

A entrevista com Marilda Aparecida de Menezes, por sua vez, fornece um fio condutor que atravessa o dossiê: o olhar sensível e comprometido com os sujeitos do campo, suas histórias, suas lutas e suas formas de viver, resistir e se reinventar. Em conjunto, os textos aqui reunidos reafirmam que o mundo rural brasileiro é composto por múltiplas vidas e experiências que por vezes invisibilizadas, mas sempre potentes, desafiam narrativas simplificadoras e demandam análises atentas às contradições, desigualdades e saberes que o constituem. Ao propor essa coletânea, esperamos contribuir para o fortalecimento de um campo de estudos crítico, diverso e em constante diálogo com as realidades que buscamos compreender e transformar.

Agradecemos à Profa. Dra. Alessandra Izabel de Carvalho, Editora-Chefe da *Revista de História Regional*, pelo acolhimento de nossa proposta, bem como a todos/as os/as pareceristas e consultores/as *ad hoc* que, com tempo e dedicação, contribuíram com a avaliação dos artigos que compõem esta coletânea.

Referências

ALVES, Luís Fernando de Souza. “Posseiro bom é posseiro morto”: coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no Norte de Minas Gerais.

Dissertação (Mestrado em Sociedade Ambiente e Território). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2025.

ALVES, Luís Fernando de Souza; REZENDE, Luiz Paulo Fontes de & PEREIRA, Laurindo Mekie. “A ditadura pegava era só quem era vagabundo mesmo”: frutos do golpe de 1964 sobre camponeses norte-mineiro. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-32, 2025.

BRAGA, Isabel Drumond & MARTINS Valter. Alimentação e abastecimento no mundo luso-brasileiro (séculos XVI-XXI). *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*, v. 15, n. 02, 2024.

BROCARD, Daniele; DEBIASI, Rose E. & ORBEN, Tiago A. (Orgs.) *Terra e memória: vivências, conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

CARDOSO, Marlon Kauã Silva. *A dendeicultura em Igarapé-Açu/PA: um olhar sobre as relações de trabalho que tipificam o trabalhador rural na Agroindustrial Palmasa*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2024.

CARDOSO, Marlon Kauã Silva; RIBEIRO, Tânia Guimarães Ribeiro & MOTA, Dalva Maria da. Dendeicultura e capitalismo: o processo de trabalho assalariado na monocultura do dendê. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-25, 2025.

CHAVES, Genisson Paes. *Visagens, mizuras, aparições: aspectos da ontologia ribeirinha na ilha Saracá, município de Limoeiro do Ajuru, estado do Pará*. Tese (Doutorado em Agriculturas Amazônicas), Universidade Federal do Pará, 2024.

CHAVES, Genisson Paes & MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Aspectos da ontologia ribeirinha na ilha Saracá, município de Limoeiro do Ajuru (PA). *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-23, 2025.

DELGADO, Guilherme. *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ESPINDOLA, Haruf Salmen; OLIVEIRA, Alisson Cardoso de & VILARINO, Maria Terezinha Bretas. Conflitos rurais no Vale do Rio Doce: cenário, atores, roteiro e vivências (1945-1961). *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-28, 2025.

GUIMARÃES, Jamilly Brito Guimarães; MOTA, Dalva Maria da; MOREIRA, Éberton da Costa & SCHMITZ, Heribert. “O dendê era um sonho”: agricultores familiares e

rupturas com as agroindústrias de dendê no Pará, Amazônia. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 63, p. 1-22, 2025.

LUJAMBIO ALVES, Melissa. *Nas Trilhas da Conservação: Conflitos e Alianças no Parque Estadual Serra do Conduru, Sul da Bahia, 1993-2006*. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.

LUJAMBIO ALVES, Melissa. Nas trilhas da conservação: a criação do Parque Estadual Serra do Conduru, Bahia, de 1993 a 2006. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-26, 2025.

LURKIV, Jose Erondy. Alguns olhares sobre o campo. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 6, n. 6, p. 49-54, 1998.

MACIEL, Vanessa Policarpo; ROCHA, Luciano Daudt da. O papel das escolas do campo brasileiras na superação da colonialidade do conhecimento. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-20, 2025.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de Moraes. As Andorinhas. Nem lá, nem cá. *Cadernos CERU*, v. 9, p. 29-44, 1998.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. *Cadernos CERU*, v. 19, n. 1, p. 165-180, 2008.

MORO, Nathalia & SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. Raízes que saciam a fome: o papel da mandioca (*Manihot spp.*) na dinâmica colonizatória da América Portuguesa no século XVI. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-21, 2025.

MORO, Nathalia & SANTOS, Christian F. M. dos. The colonization of stomachs: Indigenous people, Europeans and the consumption of cassava (*manihot spp.*) In 16th Century Portuguese America. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 17, n. 3, p. 1-23, 2025.

MOTTA, Graziela da Silva. Trabalhadores à/na deriva: discursos sobre as causas da morte de um trabalhador indígena. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-19, 2025

PEREIRA, Bruno César & MENEZES, Marilda Aparecida de. Enredos, memórias e trajetórias nos estudos rurais: Entrevista com Marilda Aparecida de Menezes. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-23, 2025.

PRADO, Ediano Dionisio do; MENEZES, Marilda Aparecida de. Panorama do trabalho rural na cafeicultura de montanha. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-25, 2025

RIBEIRO, Laiane Bezerra; MOTA, Dalva Maria da; MOREIRA, Éberton da Costa. O cotidiano de trabalhadores rurais no pós-trabalho assalariado na dendeicultura. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-25, 2025

RODRIGUES, Pedro Parga. As continuidades na ruptura durante a aplicação da Lei de Terras de 1850 pela Diretoria da Agricultura (1873-1889). *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, v. 37, p. 354-379, 2024.

RODRIGUES, Pedro Parga. A Diretoria da Agricultura e três solicitações de terras sergipanas. *Revista de História Regional*, v. 30, p. 1-21, 2025.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAGGIORATTO, Julia. Terra e poder: a violência estrutural do campo brasileiro. *Rede de Estudos Rurais* [online], 25 de março de 2025. Disponível em: [<https://redesrurais.org.br>] Acessos em: 05 de Jun./2025.

Artigo recebido para publicação em 15/10/2025 e aprovado em 04/11/2025.